

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.240.143 - TO (2018/0020626-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : BANCO DA AMAZONIA SA
ADVOGADOS : KEYLA MÁRCIA GOMES ROSAL - TO002412
ELAINE AYRES BARROS - TO002402
JOSÉ FREDERICO FLEURY CURADO BROM E OUTRO(S) - TO002943
AGRAVADO : SYLVIO KELSEN COELHO
ADVOGADO : JUVENAL KLAYBER COELHO E OUTRO(S) - TO000182

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **BANCO DA AMAZÔNIA S.A.**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, assim ementado (fls. 588-589, e-STJ):

AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL EXTRÍNSECO – INTEMPESTIVIDADE – FORMAÇÃO DE COISA JULGADA – DEVER DE RESTITUIR - DANO MORAL – RE IN IPSA – DANO MATERIAL – ÔNUS DA PROVA – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – PRO RATA – RECURSO DO 1º APELANTE PROVIDO PARCIALMENTE – RECURSO DO 2º APELANTE NEGADO SEGUIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1 – O 2º apelado não interpôs, em tempo, seu recurso de apelação. E por ausência de pressuposto recursal extrínseco não foi conhecido, formando coisa julgada material em relação aos pedidos que não foram objeto de recurso pelo 1º apelante. 2 – Dever de restituir valores aplicados em fundo de investimento, na qual o cliente da instituição bancária não anuiu na realização de investimentos de risco, além de ser totalmente alheio a relação negocial entre o Banco Basa e Banco Santos. 3 – Existente o dano moral, caracterizada pela lesão re in ipsa, violação a direitos da personalidade, má prestação do serviço bancário, ausência de informações, deve-se indenizar o ofendido. 4 – O dano material para ser indenizado deve ser provado, conforme art. 402, do CC, cabendo a parte que alegar o ônus de provar. (art. 333, I, do CPC). 5 – Constatada a sucumbência recíproca das partes, deve-se fixar honorários advocatícios pro rata, conforme art. 21, do CPC. Recurso conhecido e provido parcialmente para reformar a sentença apenas no tocante a indenização por dano moral, fixando o valor em R\$ 10.000,00 (dez mil reais) com juros de 1% a partir do evento danoso (S. 54, do STJ) e correção monetária a partir do arbitramento (S. 362, do STJ), mantendo incólume a sentença quanto ao dano material e fixação de honorários advocatícios. 6 – Recurso de apelação interposto pelo 1º apelante conhecido e provido parcialmente. Recurso de apelação interposto pelo 2º apelante negado seguimento, ante o não conhecimento. Decisão unânime.

Nas razões do recurso especial (fls. 616-648, e-STJ), a parte insurgente alegou, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 4º da Lei 11.419/2006; 273, § 3º, 461, 588, II e III, do CPC/73; 6º da Lei 6024/74; 4º da LICC; 186 e 927 do Código

Superior Tribunal de Justiça

Civil.

Sustentou, em síntese: **a)** tempestividade da apelação, alegando que se considera publicada a sentença apenas no dia posterior à sua veiculação no diário da justiça e que o prazo recursal tem início no primeiro dia útil seguinte; **b)** incompetência da Justiça Estadual; **c)** necessidade de denunciar à lide o Banco Central; **d)** a tutela antecipada deveria ser processada na forma de execução provisória e não através de imposição de multa; **e)** interpretação equivocada do Código de Defesa do Consumidor e improcedência da condenação em dano moral; **f)** a indenização por dano moral foi arbitrada em valor exorbitante.

Contrarrazões às fls. 682-693, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 695-700, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 703-723, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Contraminuta às fls. 747-752, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, o insurgente aponta ofensa ao artigo 4º da Lei 11.419/2006, sustentando a tempestividade da apelação, alegando que se considera publicada a sentença apenas no dia posterior à sua veiculação no diário da justiça e que o prazo recursal tem início no primeiro dia útil seguinte.

O Tribunal de origem, no particular, assim decidiu (fls. 600-601, e-STJ):

Quanto ao recurso de apelação interposto pelo 2º apelante, este é intempestivo, eis que o 2º apelante foi intimado no dia 06/02/2014 (quinta-feira) (evento 1 – CERT80) e apresentou recurso apenas no dia 24/02/2014 (segunda-feira) (evento 1 – APELAÇÃO81/82), ultrapassando o prazo de 15 dias determinado no art. 508, do CPC, cujo prazo fatal para interposição seria 21/02/2014 (sexta-feira).

Desta forma, conheço o recurso de apelação do 1º apelante. Porém, deixo de conhecer o recurso de apelação interposto pelo 2º apelante, diante da ausência de pressuposto processual extrínseco, tempestividade.

Constata-se, da leitura do aresto recorrido, que o conteúdo normativo do dispositivo apontado como violado nas razões recursais e a tese alegada pelo recorrente não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem e tampouco foram opostos embargos de declaração visando prequestioná-los.

Cabe ressaltar que o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, não sendo suficiente para a sua configuração a mera indicação pela parte do dispositivo legal que entende afrontado, constitui exigência inafastável contida na própria previsão constitucional ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais pressupostos ao seu conhecimento.

Dessa forma, não examinada pela instância ordinária a matéria veiculada pelo dispositivo mencionado, objeto do especial, ausente o prequestionamento. Incide, portanto, em relação a referido artigo, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis por analogia.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE NOME EMPRESARIAL CUMULADA COM INDENIZATÓRIA, MARCA E NOME DE DOMÍNIO. ART. 461, § 4º, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. MULTA. OFENSA AO ART. 461, § 6º, DO CPC/1973. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. **Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido na petição de recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco suscitado em embargos de declaração, porquanto ausente o indispensável prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF. [...]** 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 631.332/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. **O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte. [...]** 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis por analogia.

Ademais, é firme o entendimento nesta Corte sobre a necessidade de prequestionamento, **inclusive, de matéria de ordem pública**. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. INSTRUÇÃO DEFICITÁRIA. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO SOBRE A DECISÃO AGRAVADA. TEMPESTIVIDADE. AFERIÇÃO PREJUDICADA. ÔNUS DE INDICAÇÃO DAS PEÇAS PARA APARELHAR O RECURSO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. 1. **No entendimento desta Corte, o prequestionamento é requisito essencial à possibilidade de análise do recurso na instância especial, ainda que se trate de questão de ordem pública.** 2. "Conforme

Superior Tribunal de Justiça

reiterada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte" (RHC n. 81.284/DF, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 30/8/2017) 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1.802.703/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23.04.2019, DJe 07.05.2019) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DO PREQUESTIONAMENTO. [...] 3. **Este Tribunal Superior entende que o requisito do prequestionamento deve ser observado mesmo no tocante às matérias de ordem pública, como ocorre, no caso, em relação à prescrição.** 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 561.398/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016) [grifou-se]

2. O insurgente sustenta, ainda, a interpretação equivocada do Código de Defesa do Consumidor e a improcedência da condenação em dano moral.

Verifica-se que o recurso especial, em relação a tal ponto, apresenta deficiência em sua fundamentação, uma vez que a parte recorrente, ao alegar tais teses, deixou de indicar qual dispositivo legal foi violado pelo aresto recorrido.

Ressalte-se que a admissibilidade do presente recurso pela alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal pressupõe a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, de maneira a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal – o que não ocorreu na hipótese em exame.

Incide, portanto, o teor da Súmula 284/STF, aplicável por analogia.

A propósito, transcrevem-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. REEXAME DE PROVAS. JULGAMENTO EXTRA PETITA. REFORMATIO IN PEJUS. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 283/STF. DANOS MORAIS. VALOR. DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. VIOLAÇÃO. FALTA DE INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. 1. (...). **4. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando o recurso especial deixa de indicar qual dispositivo legal teria sido violado. Aplicação da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.** 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.227.837/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 07.08.2018, DJe 13.08.2018) [grifou-se]

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULO DE CRÉDITO CUMULADO COM INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. EXIGÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STF E 282/STF. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DE DISPOSITIVO DE LEI CONSIDERADO VIOLADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Na via especial, a configuração do prequestionamento é requisito indispensável ao conhecimento da matéria. Incidência das Súmulas 211/STJ e 282/STF. 2. Não se admite o reexame de provas em sede de recurso especial. Inteligência do enunciado da Súmula 7/STJ. **3. A falta de indicação expressa de dispositivo de lei considerado violado configura fundamentação deficiente, circunstância que atrai o óbice da Súmula 284/STF.** 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 505.689/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24.06.2014, DJe de 01.08.2014) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência da Súmula 284/STF, aplicável por analogia.

3. Por fim, no que toca à apontada ofensa aos artigos 273, § 3º, 461, 588, II e III, do CPC/73; 6º da Lei 6024/74; 4º da LICC; 186 e 927 do Código Civil, sustenta o insurgente incompetência da Justiça Estadual; necessidade de denunciar à lide o Banco Central; a tutela antecipada deveria ser processada na forma de execução provisória e não através de imposição de multa; e exorbitância do valor da indenização por dano moral.

Denota-se, da leitura do aresto recorrido, que o conteúdo normativo dos dispositivos apontados como violados nas razões recursais e as teses alegadas pelo recorrente não foram objeto de apreciação pelo Tribunal de origem e tampouco foram opostos embargos de declaração visando prequestioná-los.

Cabe ressaltar que o prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, não sendo suficiente para a sua configuração a mera indicação pela parte do dispositivo legal que entende afrontado, constitui exigência inafastável contida na própria previsão constitucional ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais pressupostos ao seu conhecimento.

Dessa forma, não examinadas pelas instâncias ordinárias as matérias veiculadas pelos dispositivos mencionados, objeto do especial, ausente o prequestionamento. Incide, portanto, em relação a referidos artigos, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis por analogia.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE NOME EMPRESARIAL CUMULADA COM INDENIZATÓRIA, MARCA E NOME DE DOMÍNIO. ART. 461, § 4º, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. MULTA. OFENSA AO ART. 461, § 6º, DO CPC/1973. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. **1. Fica inviabilizado o conhecimento de tema trazido na petição de recurso especial, mas não debatido e decidido nas instâncias ordinárias, tampouco suscitado em embargos de declaração, porquanto ausente o indispensável**

Superior Tribunal de Justiça

prequestionamento. Aplicação, por analogia, das Súmulas 282 e 356 do STF. [...] 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 631.332/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 28/03/2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] QUESTÕES NÃO DISCUTIDAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. **O conteúdo normativo de todas as normas apontadas como violadas não foi debatido pelo Tribunal de origem, carecendo, no ponto, do imprescindível requisito do prequestionamento, entendido como o indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal. Dessa forma, mesmo tendo sido opostos embargos de declaração, estes não tiveram o condão de suprir o devido prequestionamento, razão pela qual deveria a parte, no recurso especial, ter suscitado a violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, demonstrando de forma objetiva a imprescindibilidade da manifestação sobre a matéria impugnada e em que consistiria o vício apontado. Inafastável, nesse particular, a Súmula n. 211 desta Corte.** [...] 3. Agravo improvido. (AgRg nos EDcl no AREsp 740.572/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 19/05/2016) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF, aplicáveis por analogia.

4. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator